ALFREDO JORGE MADEIRA ROSA

**Execução orçamentária e a dívida pública como instrumentos para
atuação do Estado no domínio econômico e as principais alterações após
1994**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Doutor José Tadeu De Chiara

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

ALFREDO JORGE MADEIRA ROSA

**Execução orçamentária e a dívida pública como instrumentos para
atuação do Estado no domínio econômico e as principais alterações após
1994**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Econômico, Financeiro e Tributário, sob orientação do Professor Doutor José Tadeu De Chiara

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

Catálogo da Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Madeira Rosa, Alfredo Jorge

Execução orçamentária e a dívida pública como instrumentos para atuação do Estado no domínio econômico e as principais alterações após 1994 ; Alfredo Jorge Madeira Rosa ; orientador José Tadeu De Chiara -- São Paulo, 2019. 161p

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Direito Econômico, Financeiro e Tributário) Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Direito Econômico. 2. Direito Financeiro. 3. Finanças Públicas. 4. Atividade Financeira do Estado. I. De Chiara, José Tadeu, orient. II. Título

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. José

Tadeu De Chiara

FDUSP

Julgamento:

Ao meu pai, Emídio Madeira Rosa (*in memorian*),
à minha mãe biológica, Teresa Canhica (*in memorian*), e à
minha mãe socioafetiva, Maria de Lourdes Carvalho
Abrunhosa (*in memorian*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente ao Professor Doutor José Tadeu De Chiara, meu orientador. Docente ímpar, cuja honra de conhecê-lo remonta aos tempos da graduação, época na qual solicitei pela primeira vez sua orientação acadêmica. Tê-lo novamente como orientador, agora na pós-graduação, permitiu-me reviver o aprendizado amplo e constante que só têm aqueles que com ele puderam conviver. Não são poucas as qualidades pelas quais o admiro pessoalmente, mas elencarei algumas. Seu sólido conhecimento da Teoria Jurídica, aliado à vasta prática na Ciência do Direito, faz com que transite e interconecte um e outro com uma naturalidade e precisão invejáveis. Sua paciência e didatismo ao buscar exemplos que facilitem a seus alunos enxergar “no mundo de carne e osso” – como ele mesmo gosta de se referir – a aplicação prática do lecionado em sala de aula, aliado a uma rigorosa disciplina na cobrança dos conhecimentos apresentados, torna o crescimento e amadurecimento acadêmico os únicos caminhos possíveis aos seus alunos, não havendo como não ser transformado por suas lições. À todas essas qualidades, e muitas outras não citadas, soma-se a lucidez e inspiração que fez com que eu seguisse adiante na conclusão deste mestrado, mesmo ao passar pelo qual reputo ser o pior momento de minha vida, revelando-se assim mais do que um orientador, um amigo, ao qual muito agradeço.

Agradeço também aos professores Gilberto Bercovici e Luís Fernando Massonetto, pelas valiosas observações feitas durante minha banca de qualificação

Por fim agradeço a todos os docentes e demais servidores da ilustre e tradicional Faculdade de Direito da USP no Largo São Francisco, assim como aos meus amigos, familiares e colegas de trabalho que contribuíram direta ou indiretamente para que fosse possível a conclusão desta dissertação.

“A ciência em formação admite a probabilidade, a verossimilhança, a simples probabilidade e acolhe provisoriamente a conjectura e a hipótese... se existe distinção a fazer entre o conhecimento científico e o vulgar jaz em que o primeiro sabe que não sabe, enquanto o segundo ignora que ignora. Nada é menos científico do que a cega confiança dos ignorantes no que é “cientificamente conhecido”; o sábio tem consciência do caráter provisório de suas asserções”

Edmond Goblot, *Traité de Logique*

RESUMO

MADEIRA ROSA, Alfredo Jorge. Execução orçamentária e a dívida pública como instrumentos para atuação do Estado no domínio econômico e as principais alterações após 1994. 2019. 161p. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico, Financeiro e Tributário) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Este trabalho tem o objetivo de analisar a execução orçamentária e a dívida pública como instrumentos de atuação do Estado no domínio econômico e as principais alterações após 1994. Para que se pudesse avaliar as alterações após 1994, foi imperioso que se traçasse uma retrospectiva histórica de como execução orçamentária e dívida pública foram utilizados pelos governos ao longo das décadas no Brasil, detectando suas principais características e o que se alterou em sua essência quanto à forma de atuação do Estado no domínio econômico. A divisão cronológica proposta compreende os períodos de 1945 a 1963, de 1964 a 1993, e após 1994 até os presentes dias. Preliminarmente à divisão dos períodos citados foi feita uma explanação a respeito da atividade financeira do Estado e do orçamento público. Em seguida, já na divisão cronológica, o Capítulo 2 é dedicado ao período 1945 a 1963, período no qual o Estado recorre à emissão monetária, praticamente como única fonte de financiamento da execução orçamentária. No período de 1964 a 1993, no Capítulo 3, opta-se por subdivisões de 1964 a 1973, de 1973 a 1985, e entre 1985 e 1994. No primeiro subperíodo a formação de um mercado de dívida pública e a melhora da eficiência na arrecadação tributária surgem em grande medida como fontes de financiamento da execução orçamentária em substituição parcial da emissão monetária. No segundo subperíodo, a intensificação da batalha contra a inflação criada ao longo das décadas anteriores cria boa parte das bases que sustentarão as alterações percebidas após 1994 na execução orçamentária e na dívida pública. Neste ponto adentra-se no período que se inicia em 1994, no Capítulo 4, tendo o Plano Real como grande marco daqueles anos iniciais. A apreciação puramente financeira, também chamada de financeirização das finanças públicas, tendo como embasamento medidas apregoadas pelo chamado Consenso de Washington, e como justificativa a estabilidade monetária, mudam completamente a forma de utilização da dívida pública, bem como os recursos dispendidos na execução orçamentária. O orçamento público, e consequentemente a execução orçamentária agora têm como meta o equilíbrio financeiro e não o equilíbrio da economia e prestação das funções estatais. A dívida pública passa a ter a execução orçamentária de seus encargos financeiros como prioridade acima dos deveres constitucionais, em vez de ser instrumento para o cumprimento desses deveres.

Palavras-chave: Orçamento, dívida pública, emissão monetária, arrecadação tributária, swap cambial, operações compromissadas.

ABSTRACT

MADEIRA ROSA, Alfredo Jorge. Budgetary execution and public debt as instruments for State action in the economic domain and the main changes after 1994. 2019. 161p. Dissertation (Master in Economic, Budgetary and Tax Law) – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

The purpose of this paper is to analyze budget execution and public debt as instruments for the State to act in the economic field and the main changes after 1994. In order to evaluate the changes after 1994, it was imperative that a historical retrospective of how budget execution and public debt were used by the governments throughout the decades in Brazil, detecting its main characteristics and what has changed in its essence as to the state's performance in the economic domain. The chronological division proposed covers periods from 1945 to 1963, from 1964 to 1993, and from 1994 to present. Preliminary to the division of the mentioned periods an explanation was made regarding the financial activity of the State and public budget. Then, in the chronological division, Chapter 2 is dedicated to the period from 1945 to 1963, during which time the State uses currency issuance, practically as the only source of financing for budget execution. In the period from 1964 to 1993, Chapter 3, subdivisions were adopted from 1964 to 1973, 1973 to 1985, and from 1985 to 1994. In the first subperiod, the formation of a public debt market and the improvement of tax collection efficiency appear in great extent as sources of financing budget execution in partial substitution of the currency issuance. In the second subperiod, the intensification of the battle against inflation created over the previous decades creates much of the basis for the changes perceived after 1994 in budget execution and public debt. At this point starts the period that begins in 1994, in the Chapter 4, having the Plano Real like great landmark of those initial years. The purely financial appraisal, also called financialization of public finances, based on measures called for by the so-called Washington Consensus, and as a justification for monetary stability, completely change the way public debt is used, as well as the resources spent on budget execution. The public budget, and hence budget execution, now aim at financial equilibrium rather than at balancing the economy and providing state functions. Public debt now has the budgetary execution of its financial burden as a priority above constitutional duties, rather than as an instrument for the fulfillment of these duties.

Keywords: Budget, public debt, currency issuance, tax collection, foreign exchange swap, repo operations

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	11
<u>1 ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO</u>	13
<u>1.1 ORÇAMENTO PÚBLICO</u>	19
<u>2. PERÍODO 1945-1963: Inflação e nominalismo monetário</u>	23
<u>2.1 GOVERNO DUTRA</u>	35
<u>2.2 GOVERNO VARGAS (1951 a 1954)</u>	41
<u>2.3 GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK</u>	47
<u>2.4 GOVERNOS JÂNIO QUADROS E JOÃO GOULART</u>	53
<u>2.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO</u>	55
<u>3 PERÍODO 1964-1993: Crédito público e crescimento econômico</u>	59
<u>3.1 PERÍODO DE 1964 A 1973</u>	63
<u>3.1.1 Orçamento, normas gerais de direito financeiro</u>	63
<u>3.1.2 Fontes de financiamento do Estado</u>	67
<u>3.1.3 Câmbio, reservas e capitais externos</u>	88
<u>3.1.4 Mercado Aberto (<i>Open Market</i>)</u>	91
<u>3.2 PERÍODO DE 1973 A 1985</u>	93
<u>3.3 PERÍODO DE 1985 A 1994</u>	101
<u>3.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO</u>	107
<u>4 PERÍODO A PARTIR DE 1994: Alterações na condução das finanças públicas</u> ..	111
<u>4.1 DÍVIDA PÚBLICA</u>	119
<u>4.2 ARTIGO 25 DO ADCT</u>	123
<u>4.3 ARTIGO 26 DO ADCT</u>	125
<u>4.4 PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO FISCAL E FINANCEIRA</u>	127
<u>4.5 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL</u>	131
<u>4.6 SISTEMA DE METAS DA INFLAÇÃO E O CÂMBIO</u>	141
<u>4.6.1 Taxa Selic, endividamento e câmbio</u>	142
<u>4.7 NOVO REGIME FISCAL DE 2016</u>	153
<u>CONCLUSÃO</u>	155
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	157

INTRODUÇÃO

O Estado de Direito conforma um rol de funções que lhe são atribuídas pelo texto constitucional, funções estas que deverão estar alinhadas aos princípios explícitos e implícitos do texto constitucional, os quais se ancoram nos valores caros àquela sociedade. Ao mesmo tempo a Carta Magna também deve conferir uma estrutura ao estado que lhe permita desempenhar suas funções, dando funcionalidade ao modelo criado.

Nas sociedades aprovisionadas por moeda e consequentemente pautadas em um modelo superior de troca, o desempenho das funções estatais implicará a realização de despesas, despesas estas que se concretizam na execução financeira do orçamento e que se viabilizam por meio não só das receitas, mas também – em especial em projetos de longo prazo – por meio do endividamento público. Assim, o orçamento público e a dívida pública deverão ser instrumentos dos quais dispõem os governantes para a condução do projeto de desenvolvimento apontado pela Constituição.

Feitas estas colocações preliminares, o caminho pelo qual se escolheu trilhar para abordar o tema desta dissertação, qual seja, a “Execução orçamentária e a dívida pública como instrumentos para atuação do Estado no domínio econômico e as principais alterações após 1994”, iniciou-se por uma explanação a respeito da Atividade Financeira do estado e seu caráter instrumental nos propósitos constitucionais, sendo este o tema do Capítulo 1. Neste capítulo se aborda também, a questão do orçamento público e da dívida pública.

Após a abordagem mais geral do Capítulo 1, foi feita nos capítulos que se seguem uma retrospectiva histórica brasileira na qual por critério cronológico subdividimos a história em subperíodos que nos permitissem um olhar mais próximo das diferentes épocas e como as finanças públicas eram tratadas nas respectivas épocas. No Capítulo 2, de 1945 a 1963, houve destaque à questão do nominalismo positivado no direito pátrio, e deste frente a um processo inflacionário que se desenvolveu derivado da ausência de mecanismos mais adequados de financiamento do Estado, levando-o a recorrer ao único meio que lhe permitiria desempenhar suas funções naquele momento, a emissão monetária primária. No Capítulo 3 de 1964 a 1993, foi necessária uma subdivisão. Na primeira parte, que compreende o período de ditadura militar, houve clara utilização da dívida pública como ferramenta propulsora do endividamento, sendo seguido por período sucessivas tentativas de combate à inflação, já em período de governo civil.

Estas quase cinco décadas de retrospectiva permitiram uma visualização melhor do contexto no qual se iniciou o período de enfoque do tema deste trabalho, o período de 1994 em diante, abordado no Capítulo 4. Como a inflação se tornou o mote que justificou todo tipo de ação e distorção nas finanças públicas, e como mesmo após controlada mantiveram-se e aperfeiçoaram-se mecanismos que retiraram o poder de decisão do governante, os quais foram engendrados por alterações constitucionais também, mas principalmente por alterações infraconstitucionais que distraiam do texto da Lei Maior.

CONCLUSÃO

A execução orçamentária e a dívida pública são instrumentos essenciais dentro da atividade financeira do estado para que este possa atuar no domínio econômico e conduzir a economia do país rumo a um melhor aproveitamento de seus fatores de produção e otimização dos níveis de emprego. A natureza cíclica da economia torna imperioso este contrapeso da atuação estatal em busca da estabilização econômica e do melhor funcionamento do mercado jurídico, de modo que este não fique entregue à própria sorte ou a supostas mãos invisíveis que nos remetam ao pensamento econômico clássico dos séculos XVIII e XIX. Esta também é uma das funções do Estado, a função estabilizadora. Dentre o período abrangido nesta dissertação verificou-se que de meados da década de 1940 a meados da década de 1980, a atividade financeira teve como norte servir de instrumento ao cumprimento das funções estatais inscritas na constituição. Em um primeiro momento houve um financiamento do Estado por meio de emissão primária de moeda, o que não representa a forma mais adequada do estado se financiar, todavia, era o meio disponível para que o estado pudesse agir em um momento de extrema fragilidade das receitas derivadas e quase inexistência de crédito público. Foi por meio de emissão primária que foi possível levar adiante planos que objetivavam o desenvolvimento do país, a despeito de seu maior ou menor sucesso na consecução deste objetivo, e do desenvolver de um ciclo inflacionário que ali se iniciava. Como exemplos podemos citar o Plano Salte e o Plano de Metas.

Previamente a estes planos já haviam sido criados pilares jurídicos para a condução da moeda, do crédito e do câmbio, que não se furtavam a invocar a soberania do Estado na legítima defesa do interesse nacional. Em seguida, postura similar modo de conduzir a execução orçamentária pode ser observada na ditadura militar, durante a qual viabilizaram-se a utilização de recursos originados da arrecadação tributária, bem como de um recém criado mercado de crédito público, como formas de financiar a execução orçamentária. Foi esta forma de orientar a execução orçamentária, financiada agora também pelo endividamento interno e externo, que conduziu um processo de crescimento econômico sem precedentes na história nacional. Todavia, em paralelo a esses dois momentos percebesse uma progressiva alteração do prisma sobre o qual se debatia as finanças públicas e consequentemente execução orçamentária e dívida pública. O debate da execução orçamentária que, – como manda a estrutura democrática –, sempre teve um perfil político, tendo como palco o parlamento, passava a ficar cada vez mais sob domínio do Poder

Executivo, sob argumento de tornar o debate mais técnico. Esta tecnicidade ganhou espaço durante a década de 1980 e a discussão da crise da dívida externa, na qual a postura técnica – sintetizada em diretrizes que compuseram posteriormente o chamado Consenso de Washington – foi ganhando espaço em especial nos países emergentes com a celebração do Plano Brady. Para o sucesso do Plano Brady e prevenção de que os credores internacionais não se vissem ameaçados pela repetição da crise dos anos 1980, era essencial ter um novo paradigma para as finanças públicas, um paradigma que resgatasse uma visão minimalista do Estado, existente previamente ao século XX, na qual as receitas orientassem as despesas, de modo a promover superávits orçamentários que garantam o fluxo de caixa necessário ao pagamento de encargos da dívida interna e externa. Cria-se a era da austeridade fiscal, na qual o poder decisório do governante sobre o orçamento é condicionado por um anexo do orçamento. Um anexo de metas que prima pela apreciação do chamado resultado primário, qual seja, o resultado que exclui as despesas financeiras do debate político, conferindo-lhes como que uma presunção de correição e legitimidade que as eleva hierarquicamente frente às demais despesas e demandas estatais, ao ponto de imunizar-lhes dos limites e contrições colocados sobre as demais despesas. Com o pano de fundo do combate à inflação, a qual era atribuída a uma combinação de indexação da economia com desequilíbrio fiscal, foi implantando um permanente ajuste fiscal. O ajuste fiscal pós 1994 e decorrente do Plano Real, já não busca um equilíbrio orçamentário de médio e longo prazo, e advindo em função do ciclo econômico. O equilíbrio orçamentário agora é anual, não importando o momento econômico. As despesas agora ficavam congeladas por vinte anos, em total descolamento com a dinâmica social e as demandas dela decorrentes. Primeiro, concentra-se o poder sobre a execução financeira orçamentária no Executivo da União, em detrimento do congresso nacional e da autonomia dos estados, e em favor das competências do CMN e da União. Em segundo momento, este poder que foi concentrado na União fica subjugado por uma meta financeira de resultados orçamentários positivos. Retira-se o poder decisório do governante, e a dívida pública deixa de ser meio e passa a ser fim da execução orçamentária, a qual tem sua condução orientada ao pagamento régio dos encargos financeiros em total descompromisso com as diretrizes e objetivos esposados na Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder, e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

ATALIBA, Geraldo. *Empréstimos Públicos e seu Regime Jurídico*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

BAER, Werner. *A economia brasileira*. 2ª. ed. São Paulo: Nobel, 2003.

BALEEIRO, Aliomar. *Uma Introdução à Ciência das Finanças*. 14ª. ed, Rio de Janeiro: Forense, 1996.

_____. *Cinco aulas de finanças e Política Fiscal*. 2ª ed. rev. São Paulo: Bushatsky, 1975.

_____. *A Constituinte de 1946*. In: *Constituições Brasileiras – Volume V*. 3ªed. Brasília: Senado Federal, 2012.

BERCOVICI, Gilberto. *Constituição Econômica e desenvolvimento: uma leitura a partir da Constituição de 1988*. São Paulo: Malheiros, 2005.

BERCOVICI, Gilberto; MASSONETTO, Luís Fernando. *A constituição dirigente invertida: a blindagem da Constituição Financeira e a agonia da Constituição Econômica*. in: Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – volume XLIX (p. 57-77). Coimbra: Impactum, 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. *Economia Brasileira – Uma Introdução Crítica – 6ª. Ed. rev. e atualiz. em 1986*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____, Luiz C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula*. São Paulo: Editora 34, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da história*: tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

CARDOSO, Eliana A.; FISHLOW, Albert. *Macroeconomia da Dívida Externa*. 1ªed: tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

COSTA, Luciana Pereira. *Disciplina Jurídica do câmbio e política pública*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

CRETELLA JÚNIOR., José. *Curso de Direito Romano: O Direito Romano e o Direito Civil Brasileiro no Novo Código Civil*. 30ªed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

DALTON, Hugh. *Princípios de Finanças Públicas*. São Paulo: Fundação Getúlio Varga, 1977.

DE CHIARA, José Tadeu. *A moeda e a ordem jurídica*. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1986.

_____. Disciplina Jurídica das Instituições Financeiras. in *Revista de Direito Público*, São Paulo, v. 41/42, p. 289-307, 1979a.

_____. Operações de crédito: disciplina das obrigações in *Revista de Direito Público*, São Paulo, v. 49/50, p. 303-311, 1979b.

_____. Empréstimo público. In *Enciclopédia Saraiva de Direito* . vol. 32. p. 01-25, 1979c.

_____. Aulas ministradas no bacharelado e na pós graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP, 2016, anotações realizadas por Alfredo Jorge Madeira Rosa.

DUVERGER, Maurice. *Finances Publiques*. 5ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1965.

FGV. A Reforma do Ministério da Fazenda e sua Metodologia. – Relatório Final. Rio de Janeiro; FGV, 1967.

FONSECA, Pedro C. D.; MOLLO, Maria de Lourdes R.. *Metalistas x Papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas*. Revista Nova Economia maio-agosto/2012 (p.203-233). Belo Horizonte: UFMG, 2012.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*. – 4.ed.rev. e atualizada. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. – 2ª reimpressão.

GIAMBIAGI, Fábio et alii. Economia brasileira contemporânea [recurso eletrônico]: 1945-2010. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GRAU, Eros Roberto. *Elementos de Direito Econômico*. São Paulo: Revista dos tribunais, 1981.

_____. *A ordem econômica na Constituição de 1988*. São Paulo: Malheiros, São Paulo, 2006.

_____. *O direito posto e o direito pressuposto*. 9ªed. rev. e ampliada. São Paulo: Malheiros, 2014.

GUDIN, Eugenio. *Princípios de Economia Monetária*. Vol.I e II. Rio de Janeiro: Agir, 1965.

IBGE.Estatísticas históricas do Brasil: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988. 2. ed. Rio de Janeiro : IBGE, 1990.

Instituição Fiscal Independente (IFI) – SENADO FEDERAL. Estudo Especial nº01, de março de 2017. Reservas Internacionais do Brasil: Evolução, nível adequado, e custo de carregamento.

_____. Estudo Especial nº03, de outubro de 2017. As Operações Compromissadas do Banco Central.

_____. Estudo Especial nº06, de 28 de agosto de 2018. Análise da Situação da União com base no seu Balanço Patrimonial.

_____. Estudo Especial nº07, de 04 de outubro de 2018. Dívida Bruta: Evolução e Projeções.

JHERING, Rudolf von. *A Evolução do Direito*.trad. O. de Meulenaere. Lisboa: Jose Bastos, 1892.

KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. 1ª.ed, São Paulo: Atlas, 1990.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. 21ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

LAUBADÈRE, André. *Droit public économique*. 2ªed. Paris: Dalloz, 1976.

LOPREATO, Francisco L.C. O colapso das finanças estaduais e a crise da federação. São Paulo: Unicamp, 2002.

MASSONETTO, Luís F. *O Direito Financeiro no Capitalismo Contemporâneo: a emergência de um novo padrão normativo*. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

MUSGRAVE, Richard A. *Teoria das Finanças Públicas – um estudo de economia governamental – 1º volume*. São Paulo: Atlas, 1974.

NOBREGA, Maílson da. *O futuro chegou*. Rio de Janeiro: Globo, 2005.

OLIVECRONA, Karl. *El Derecho como hecho*. Buenos Aires: Roque de Palma, 1959.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

ROME TREATY. Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/about-parliament/en/in-the-past/the-parliament-and-the-treaties/treaty-of-rome> . 104

ROUBIER, Paul. *Droits Subjectifs et situations juridiques*. Dalloz: Paris, 1963.

SCHAMA, Simon. *Cidadãos: uma crônica da revolução francesa*. 2ª. Reimpressão. Companhia das Letras, São Paulo; 2009.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Dívida Publica Federal - Relatório Anual 2018. Janeiro/2019

SILVA, Anderson C. et alli (Org.) *Dívida Pública: a experiência brasileira*. Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial, Brasília; 2009.

SILVEIRA, Francisco Secaf Alves. *A Concretização do Direito Financeiro: os efeitos do contingenciamento na execução orçamentária*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

SILVEIRA, Thais Hae Ok Brandini Park. *O Plano Real e o balanço de pagamentos do Brasil*. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

SINDIFISCO NACIONAL. “Sistema tributário e seguridade social – contribuições para o Brasil.” Disponível em www.sindifisconacional.org.br

SMITH, Adam. *The Wealth of Nations (livro IV e V)*. Nova Iorque: Classic House Books, 2009.

STUDEBAKER, Benjamin. How Brazil Got the Worst Austerity Program in the world, 17/12/2016. Disponível em: <https://benjaminsstudebaker.com/2016/12/17/how-brazil-got-the-worst-austerity-program-in-the-world/>
Acesso em: 15/07/2017.

TELLES JÚNIOR, Goffredo. *O Direito Quântico: Ensaio sobre fundamento da ordem jurídica*. Max Limonad 5ª. Edição. São Paulo, 1980.

TORRES, Ricardo Lobo. *O Orçamento na Constituição*. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

_____. *Curso de Direito Financeiro e Tributário*. 19ªed. rev. e atualiz.. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1992.

UNAFISCO ASSOCIAÇÃO NACIONAL. Nota Técnica nº03/2017, Nota Técnica nº10/2018. Disponíveis em www.unafisconacional.org.br

VEIGA, Dídimo Agapito da. *Ensaio de Sciencia das Finanças e de Economia Pública*. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1927.

VIDIGAL, Geraldo de Camargo. *Fundamentos do Direito Financeiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

_____. *Teoria Geral do Direito Econômico*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *A intervenção do Estado no domínio econômico: O Direito Público Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

VIANNA, Sérgio B.; VILELLA, André. *O pós-guerra (1945-1955)*. In: Giambiagi, Fabio et alli. *Economia Brasileira Contemporânea 1945-2010*. 2ª edição. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

ZANETTE, Elizabeth Martos. *O Conteúdo jurídico do princípio da eficiência no direito financeiro*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.